



## A ESCOLA FAZENDO CORPO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS CONTEÚDOS DA BIOLOGIA.

Iaci da Costa Jara<sup>1</sup>  
Vera Alves Cepêda<sup>2</sup>

### RESUMO

Os conteúdos da biologia, no contexto escolar, tornam cognoscível a massa orgânica que nos compõe. Entre variados conteúdos sobre órgãos e sistemas, há aqueles que nos apresentam nosso sistema genital e informam sobre a atividade sexual humana. O presente trabalho propõe uma análise sociológica dos enunciados biológicos sobre a sexualidade humana contidos em livros didáticos de Ciências, compreendendo-os como uma tecnologia de produção corporal. Adotamos como perspectiva analítica a genealogia do poder de Michel Foucault, buscando investigar as práticas que objetivam/subjetivam os sujeitos através da formação de saberes. O “sexo natural” descrito nos materiais analisados circunscreve a função reprodutiva como o signo central da sexualidade humana. Essa narrativa afasta da condição de normalidade práticas diversas como a sexualidade da pessoa idosa, relações entre pessoas do mesmo sexo, o exercício da sexualidade com fins recreativos, entre outros. No entanto, nesse processo reconhece na figura do macho humano a excitação, o prazer e o gozo enquanto às fêmeas atribui exclusivamente a função reprodutiva, silenciando sobre as glândulas de lubrificação vaginal, o clitóris e a ejaculação feminina, por exemplo. Discute-se como a divisão sexual é operada em conjunto com uma economia dos corpos que faz do sexo uma experiência de gênero e como as noções do que é considerado natural formam a fronteira do que se considera abjeto.

**Palavras-chave:** Ensino de Ciências; Corporalidades; Gênero; Abjeção.

### INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é um desdobramento da pesquisa de mestrado em Sociologia realizada por Iaci Jara na Universidade Federal de São Carlos e orientada pela prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Vera Cepêda. A realização desta pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Naquela ocasião buscamos compreender como os saberes das ciências naturais fundam certas noções de sexo e de sujeito sexual ao nomear, classificar, valorizar ou suprimir determinadas estruturas anatômicas. Em especial, intentamos identificar os discursos e as representações sobre o órgão do clitóris em diferentes âmbitos sociais, analisando desde tratados da medicina até piadas do cotidiano, passando por materiais didáticos da educação formal e produções artísticas da cultura pop brasileira.

A leitura dos livros didáticos, de modo particular, extrapolou os objetivos iniciais daquela investigação e revelou que havia ali um campo abrangente de análise da produção de

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Contato: iaci.jara@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar.

corporalidades e sexualidades. Assim, este artigo é um esforço de expansão das reflexões que dali surgiram e que agora apontam para diálogos com outros campos de discussão, em especial a Biologia ou a disciplina escolar denominada de Ciências. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma análise sociológica dos enunciados biológicos sobre a sexualidade humana contidos em livros didáticos de Ciências.

Adotamos como perspectiva analítica a genealogia do poder de Michel Foucault, pois ela nos ajuda a compreender como um conjunto de técnicas, conhecimentos e enunciados científicos formam um arcabouço de saberes objetivos sobre os sujeitos e, de certo modo, fundam o próprio sujeito enquanto tal. Em outras palavras, nos interessa desnaturalizar a forma como as categorias enunciativas próprias da biologia assumem o caráter de mera infraestrutura orgânica sobre a qual se inscrevem processos culturais. Ao contrário, discutiremos como as noções do que é “a natureza” formam a fronteira que a separa do antinatural, do desvio, e como esses enunciados criam uma economia dos corpos e dos prazeres onde sexo e gênero são coproduzidos.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram analisados os livros didáticos de Ciências que integraram o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no triênio 2017-2019. O PNLD é um programa de Estado consolidado pelo Decreto nº 7.084 de 27 de janeiro de 2010 que trata da seleção, compra e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas de todo o país. Buscou-se, nestes materiais, os conteúdos que tratam dos sistemas genitais masculino e feminino e da dimensão sexual humana, ou seja, como são nomeadas, classificadas, representadas e o que dizem estes materiais sobre as estruturas e processos relativos à ideia de um corpo sexuado. O conteúdo em questão está situado no ensino fundamental maior e sua distribuição nas 13 coleções que compunham o edital apresentam-no entre o 7º e o 9º ano. Isto significa dizer que o conteúdo analisado é direcionado para jovens de 12 a 14 anos, se considerada a idade escolar regular.

A leitura dos materiais é feita tendo como ferramenta teórico-analítica os princípios da análise do discurso do filósofo francês Michel Foucault, buscando identificar a unidade elementar do discurso que sustenta a inteligibilidade de suas afirmativas ao relacionar-se com os significantes socioculturais, denominadas pelo autor de enunciados (FOUCAULT, 2008). Tal procedimento coloca em evidência os “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979; 2006)

estabelecidos por esses discursos ou, em outras palavras, os modos de subjetivação dos sujeitos dados pela objetivação dos saberes sobre o corpo.

Em linhas gerais, Foucault tematiza o exercício de um poder que se exerce pela formação de saberes sobre o corpo e os sujeitos, o poder de dizer *o que é* o sujeito e, pelo imperativo da ideia de verdade, fazer o sujeito *saber-se*. O exercício deste poder, que o autor chamou de poder disciplinar, é essencialmente positivo, na medida em que produz individualidade, subjetividade, produz sujeitos. De tal modo, a ideia de um poder disciplinar assume um duplo sentido, pois ele se liga à formação das *disciplinas* modernas e produz modos de *disciplinamento* dos corpos. Veremos a seguir quais os regimes de verdade estabelecidos pela materialidade dos enunciados sobre o corpo e o sexo na disciplina escolar de Ciências.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O olhar para a instituição escolar, seu currículo, materiais didáticos, organização, arquitetura e práticas nos auxilia a refletir sobre a forma como uma sociedade pensa a si mesma em termos de sua formação histórica e seu projeto de cidadania. Isto porque a seleção, organização e disposição dos conteúdos é sempre uma escolha arbitrária diante da gama de saberes socialmente produzidos e historicamente acumulados pelas sociedades. Assim, a eleição daquilo que orientará as nossas gerações sobre a percepção e autopercepção dos corpos tem uma abrangência e importância singulares para análises como esta.

Vistos de maneira ampla, os conteúdos sobre o sistema genital e a sexualidade humana instituem como signo central dos corpos a função reprodutiva. No entanto, demarcam a participação de homens e mulheres nesse processo de modo sensivelmente distinto. Meninos e meninas aprendem, pela narrativa científica, que os machos humanos têm excitação, ereção, orgasmo e ejaculação enquanto as fêmeas têm menstruação, cólica, gravidez e parto e, como resultado da união desses processos, se dá a reprodução da espécie humana.

Mas o que o olhar sobre estes conteúdos, já tão conhecidos por todos nós, pode nos dizer sobre nossas crenças culturais? Para responder à esta questão, primeiramente, interpelamos estes enunciados dentro de sua própria área de conhecimento. Assim, coloca-se a leitura de seus conteúdos em contraste com outras produções da Biologia, além de estudos culturais e estudos feministas que nos apresentam outras perspectivas das e para as Ciências Naturais. Objetivamos, com isso, implicar a produção de saberes sobre o corpo com o estatuto político das ciências, possibilitando a destituição do seu caráter de verdade (FOUCAULT,

1979). Desse modo, tais conteúdos podem ser tomados como práticas discursivas e vistos a partir dos efeitos de poder que circulam entre seus enunciados.

Os genitais humanos são um ponto paradigmático das culturas ocidentalizadas, pois a partir deles a espécie humana é dividida em dois grupos. Em outras palavras, a genitália de uma pessoa posiciona-a dentro de um certo modo de ver o mundo, compreender o corpo e se relacionar com os outros a partir deste dado. Contudo, é importante frisar que esse modelo, baseado na ideia do dimorfismo sexual, é um produto histórico da passagem do século XVIII para o século XIX (LAQUEUR, 2001) e não deve ser tomado como um dado da natureza. Interessa-nos aqui olhar para esse corpo não como o que supostamente *é*, mas para aquilo que *produz* ao nomear, classificar, valorizar ou suprimir determinadas estruturas orgânicas.

Desse modo, o primeiro ponto para o qual queremos chamar a atenção é o modo como as representações do pênis e da vagina reiteram o imaginário social da binaridade ativo/passivo. A genitália feminina é representada tendo como ponto central a vagina, órgão descrito como um canal aberto e inerte por onde passam, eventualmente, pênis e bebês. Por sua vez, o sistema genital masculino tem como centro de sua representação o pênis, órgão visto em posição ativa dentro dos processos anatomofisiológicos que o envolvem.

De um lado, os materiais nos informam sobre os diversos processos fisiológicos do qual o pênis participa com detalhadas explicações e ilustrações sobre a vasodilatação que resulta na ereção; seu desenvolvimento ao longo do tempo; e até processos culturais sobre ele, como a prática da circuncisão. De outro lado, nenhuma atividade própria da vagina é mencionada, ela figura apenas como um receptáculo e ou uma passagem. Essa descrição está em desacordo com outros estudos da biologia, segundo os quais a vagina é uma estrutura com notável atividade mediante diferentes estímulos.

Exames, como os realizados por Master e Johnson (1976), atestam que a vagina, quando em repouso, apresenta o comprimento de 7 a 10 cm e seu diâmetro é reduzido a quase zero, haja vista que suas paredes em relaxamento se tocam umas às outras. Com o incitamento da libido, o canal dilata e se expande em largura e profundidade, com a elevação do colo do útero, chegando a alcançar uma média de 10 a 15 cm de comprimento. Nesse processo, essa musculatura recebe um grande aporte de sangue que é filtrado por suas paredes, possibilitando que apenas o plasma atravesse para o seu interior, alterando o PH e aumentando a lubrificação interna da vagina.

Nos materiais didáticos avaliados, a primazia de informações sobre a atividade do pênis em contraste com a supressão de informações sobre a atividade da vagina fortalece o

imaginário de que o sexo - que nestes conteúdos resume-se ao coito - é uma ação do corpo do macho sobre o corpo da fêmea. Essa desigualdade nas representações, que restituem a oposição ativo/passivo se estendem também a outras estruturas e processos, incluindo aqueles análogos em ambos os organismos, a exemplo das glândulas de lubrificação. Na unidade que trata do sistema genital masculino lê-se sobre as glândulas bulbouretrais, vesícula seminal e glândula prostática na condição de estruturas essenciais à formação de secreções que lubrificam e regulam o PH, além de fornecer açúcares, sais e hormônios que vão compor o sêmen junto aos espermatozoides.

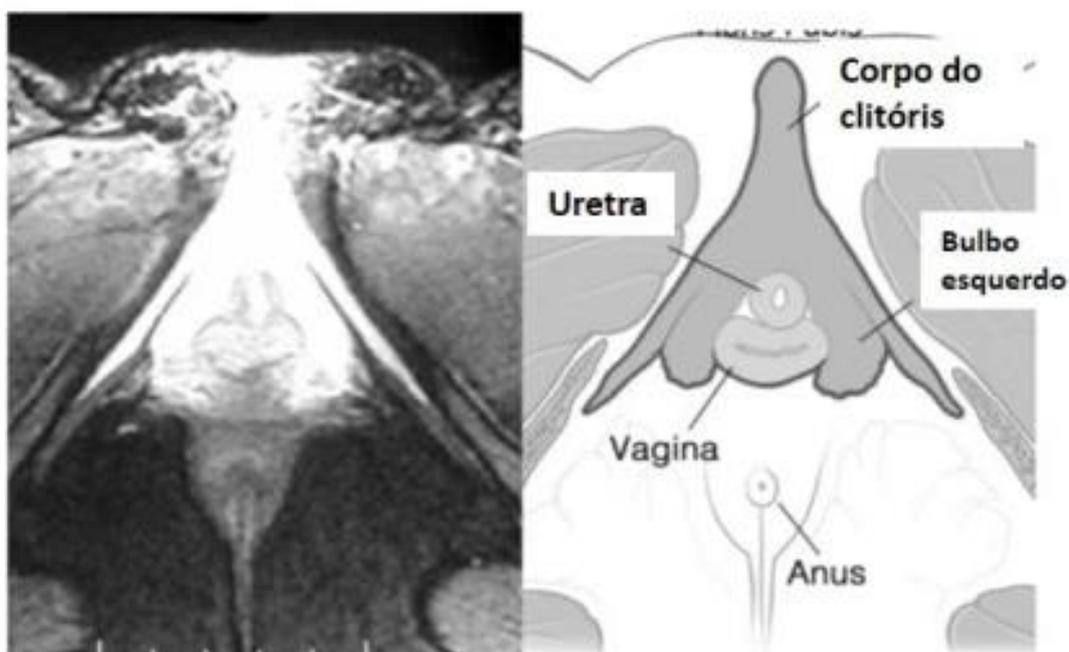
O organismo feminino também possui glândulas de lubrificação interligadas ao sistema genital, são as glândulas de Bartholin e glândulas de Skene, as primeiras localizadas na porção externa do canal vaginal e as últimas próximas à abertura do canal da uretra. Ativadas pela excitação, estas estruturas lubrificam a vulva, suavizando o atrito com esta e com a porção externa do clitóris. Entretanto, de modo distinto de suas correspondentes masculinas, as glândulas de Bartholin e Skene não são contempladas nos livros didáticos de Ciências aqui investigados. Nenhum texto ou representação iconográfica é dedicada a este conteúdo, é como se estas estruturas simplesmente não existissem (BALTAZAR e BARROS, 2014).

No que concerne à representação sobre o órgão do clitóris, este é retratado como sendo exclusivamente um componente da vulva, parte externa do sistema genital feminino. Essa ilustração distorce o fato de que a maior porção do clitóris é interna e está interligada às demais estruturas do sistema genital. As descrições deste órgão, nos livros didáticos, são bastante imprecisas, a maioria delas se resume à enunciados que se limitam a nomeá-lo e citar que seu corpo é repleto de terminações nervosas sem, no entanto, descrever seu funcionamento. Chama a atenção a frequência no uso das expressões “pequeno” ou “pequenino” para dele tratar, isto se considerarmos que a dimensão completa do órgão do clitóris é próxima às dimensões do pênis em comprimento e superior a este em largura e, no entanto, o pênis não é descrito como uma “pequena estrutura”. Seguindo as descrições do clitóris como "pequenino", as ilustrações da vulva retratam-no numa escala menor que o real, tendo seu tamanho equiparado à abertura da uretra ou, em alguns casos, menor que esta – o que é anatomicamente impróprio.

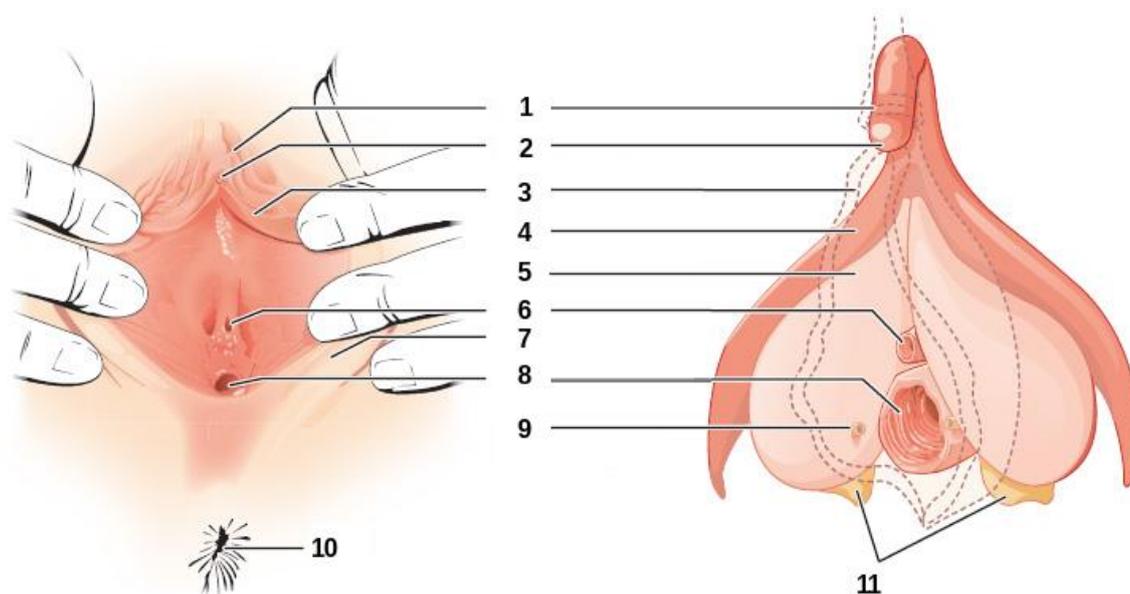
Um dos materiais analisados se mostrou especialmente problemático acerca deste conteúdo, nele toda a informação que consta sobre o clitóris é uma única frase que diz: “clitóris - é um pequeno órgão cuja parte externa sensível tem o tamanho de um grão de

feijão” (CANTO, 2015). Quer dizer, tudo o que este material tem a oferecer como informação para as alunas e os alunos sobre um órgão do corpo é que ele se parece com um grão de feijão - e nada faz? Para além deste exemplo pedagogicamente intolerável, os demais materiais também falham em apresentar informações sobre suas dimensões, morfologia, disposição, função e conexões com as estruturas circunvizinhas, em contraste com o tratamento dado a outros órgãos nos mesmos livros.

Para evidenciar a distorção dos conteúdos sobre o clitóris nestes materiais didáticos, apresento a seguir duas imagens onde este órgão pode ser observado em toda a sua dimensão e também em referência ao sistema genital como um todo. Na primeira imagem vê-se o clitóris capturado por ressonância magnética; a segunda é uma ilustração com fins didáticos que coloca este órgão em relação com as demais estruturas do sistema genital feminino.



**Figura 1:** Clitóris capturado por ressonância magnética. Fonte: O'CONNELL, SANJEEVAN, HUTSON, 2005.



**Figura 2:** Desenho do clitóris. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figure\\_28\\_02\\_02.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Figure_28_02_02.jpg)

As estruturas referentes à figura 2 são: 1) Prepúcio; 2) Glande do clitóris; 3) Lábios menores; 4) Corpos cavernosos; 5) Bulbo do vestíbulo; 6) Abertura da uretra; 7) Lábios maiores; 8) Abertura do canal vaginal; 9) Abertura da glândula de Bartholin; 10) Ânus; 11) Glândulas de Bartholin. Com esta ilustração, é possível notar que o clitóris se comunica com todo o assoalho pélvico, tendo sua maior porção na parte interna do sistema genital. Assim, tratar dele como um órgão externo e “pequenino”, como fazem os livros didáticos de Ciências, é uma distorção considerável. Ademais, muito embora estes materiais se limitem a retratar a porção externa deste órgão, nem mesmo suas estruturas visíveis - glande e prepúcio - são nomeadas.

Formado por tecido erétil (corpos cavernosos), o clitóris realiza o fenômeno orgânico da ereção de modo idêntico ao processo de ereção do pênis. Assim, causa estranhamento o fato de que estruturas e processos análogos no corpo de homens e mulheres recebam tratamentos tão distintos. O ponto central desta distinção parece ser o prazer, o que se torna evidente quando observamos o conjunto destes conteúdos como uma cena. Para que possamos vislumbrar o sujeito sexual que emerge dos enunciados em questão, convido a pessoa leitora a juntar todos os elementos que nos são apresentados em nomes de órgãos, glândulas, processos e sistemas para formar um quadro vivo, uma imagem completa perante variados fragmentos supostamente dispersos.

A cena formada por esta série de fragmentos representa o corpo masculino como o sujeito da atividade sexual, cabendo ao corpo feminino a condição de ser penetrado e

fertilizado. De acordo com estes conteúdos, apenas os machos humanos têm excitação e processos próprios decorrentes da libido. Mas se a excitação, lubrificação, ereção do clitóris e ejaculação feminina são também fenômenos orgânicos, por que eles não ganham espaço nos conteúdos das Ciências Biológicas? O que os torna distintos da digestão, evacuação, respiração e mesmo da reprodução? Principalmente, o que os torna distintos da excitação masculina? Afinal, se está ensinando sobre o sistema genital ou sobre um modo particular de manifestação do sexo?

Assim, o argumento que aqui desenvolvo não trata da tematização das práticas sexuais ou de oferecer às crianças um glossário delas – nem creio que seja possível que se reúnam todas as possibilidades de manifestação da sexualidade humana, pois ela pode ser tão plural e inventiva que tão logo sua catalogação fosse concluída já estaria defasada. O ponto do argumento é dar à dimensão do prazer o tratamento das Ciências Biológicas, entendendo que o prazer não é apenas biológico, mas que este é um de seus aspectos.

A distribuição desigual dos signos da reprodução e do prazer produzem o sexo como uma experiência de gênero. Em outras palavras, sexo e gênero são produzidos em relação um ao outro, pois a representação que se forma a partir de certa noção de corpo sexual ordena posições de sujeito. Mais do que uma questão de desigualdade das possibilidades de fruição do prazer, avalio que o apagamento dos fenômenos da excitação feminina endossa fundamentos de violência sexual contra as mulheres por sustentar um imaginário no qual o corpo feminino é o lócus da penetração, mas seu prazer e sua atividade são irrelevantes ou inexistentes.

Esse caráter se torna ainda mais dramático pela representação gráfica da vagina como um canal aberto, o que, como vimos, é um equívoco. Pensar a vagina como um canal penetrável *a priori* sustenta o fundamento lógico de que corpos com vagina não precisam de uma condição específica para o coito, diferente dos corpos com pênis para os quais são reconhecidas adaptações fisiológicas típicas. Sendo assim, o pressuposto da legitimidade da atividade genital-penetrativa se resume à ideia de consentimento como uma ação puramente racional e cognitiva, descolada do corpo, da excitação, do erotismo. As adaptações fisiológicas da vagina e a atividade das glândulas de lubrificação, das quais tratamos anteriormente, não dependem de um “sim”, mas da experiência do excitamento.

A atividade orgânica das fêmeas é reconhecida apenas a partir dos processos relativos à reprodução, mas nem por isso ela se torna sujeito destas ações. A menstruação, gestação, trabalho de parto, menopausa não são reconhecidos como processos que seus corpos *fazem*,

mas que os *acomete*, algo pelo que elas *passam* (MARTIN, 2006). Uma boa ilustração de como o caráter de gênero está imiscuído em todos os níveis destes conteúdos são as narrativas acerca das células sexuais e do processo de fecundação. A fertilização é descrita como a ação do espermatozoide sobre o ovócito. Este último é retratado como uma célula passiva e incompleta. Ele é “lançado” pelas tubas uterinas, “captado” pelas fimbrias, “penetrado” pelo espermatozoide, ou seja, ele apenas sofre as ações nas quais está envolvido. Por sua vez, o espermatozoide “entra”, “penetra”, “degrada” as “camadas protetoras do ovócito”.

Segundo os livros didáticos, o ovócito é uma célula “imatura” que só completa seu desenvolvimento quando fecundado pelo espermatozoide, momento a partir do qual recebe o nome de óvulo. Do ponto de vista dos saberes técnicos sobre a fecundação humana, o entendimento de que o espermatozoide penetra o ovócito fazendo força contra sua membrana até perfurá-la foi alterado no campo da biologia desde a década de 1980 (KELLER, 2006). Este fenômeno é melhor compreendido como a união de duas células em um processo colaborativo. Espermatozoides e ovócitos possuem substâncias adesivas em sua superfície, que aderem uma à outra. Além disso, as moléculas de proteínas que realizam esta ligação são fisicamente côncavas nos espermatozoides e protuberantes nos ovócitos. Em outras palavras, é possível dizer que a célula sexual masculina é penetrada pela célula sexual feminina (MARTIN, 1991).

Acerca da suposta “imaturidade” ou “incompletude” do ovócito, convém dizer que as células reprodutivas humanas são células haplóides. Em termos gerais, a espécie humana possui 46 cromossomos e suas células reprodutivas possuem 23 cromossomos cada. Com a fecundação, a união de duas células haplóides dá origem a uma célula diplóide, na qual se reúnem 46 cromossomos possibilitando a formação de um novo ser. Apesar de esta ser uma característica das células sexuais tanto femininas quanto masculinas, o espermatozoide não é descrito como incompleto ou imaturo em nenhum momento. Como fica evidente, ainda que o organismo da fêmea humana se torne inteligível pelos processos ligados à reprodução, nem por isso ele torna-se sujeito. A passividade, a incompletude e a precariedade são inscritas no corpo da fêmea humana até no nível de suas células.

A passividade como um axioma do regime de verdade imposto sobre o corpo feminino também esvazia os sentidos lógicos de um órgão que tenha função de prazer. Isto é, a passividade feminina na atividade sexual e o seu sentido construído a partir da ideia de complementaridade ao corpo masculino faz com que a realização deste corpo se faça sempre em relação ao outro, seja um homem, seja um filho. Contrariamente, um órgão que tem

função exclusiva de prazer aponta para uma realização em si mesmo e não pela alteridade. Portanto, a passividade é um enunciado conflitante em relação à enunciação do clitóris.

Em outra escala do problema, podemos questionar como estes conteúdos normalizam uma certa noção de sexo que torna cognoscível apenas a atividade heterossexual, genital-penetrativa e reprodutiva. Uma vez que o prazer não figura como um processo *sui generis* da atividade sexual humana – mas exclusivamente masculina –, práticas diversas que têm como único objetivo a fruição do prazer são excluídas da inteligibilidade deste “corpo natural”. Não estando dentro da *gramática da natureza*, vivências como a atividade sexual da pessoa idosa, relações entre pessoas do mesmo sexo, a masturbação ou qualquer outra atividade que não envolva apenas um pênis e uma vagina passam a figurar como *antinaturais*. Isto é, o suposto caráter de neutralidade que as ciências médicas e biológicas advogam para si, sustenta a ilusão de uma condição natural do sexo.

Os processos de inclusão e exclusão dos discursos circunscrevem a fronteira entre a verdade e o erro, o normal e o anormal, o humano e o abjeto (FOUCAULT, 2012). Esse saber, portanto, determina os pressupostos que são tomados como base do ato de conhecer de cada época, ritualizando a ocorrência do que pode ser dito. Assim, os saberes sobre o corpo, que integram os conteúdos escolares a partir dos quais as mais novas gerações passam a saber de si, são *incorporados* à linguagem a partir da qual enunciamos a experiência de ter um corpo ou de ser um ser sexuado.

O corpo humano é atravessado pela cultura porque não há nenhum dado natural que possa ser acessado sem mediação. No ato de nomear, representar, valorizar ou suprimir determinada evidência anatômica, as ciências médicas e biológicas estabelecem um regime de verdade sobre o corpo sexuado que forja desejos, cria zonas erógenas, modos de vivência da sexualidade e os assinala como fruto da natureza. É nesse sentido que podemos observar os discursos à nossa volta como práticas analisando-os não por aquilo que supostamente dizem, mas pelo que produzem ao dizê-lo. No limite entre aquilo sobre o que se joga luz e aquilo que fica na sombra do objeto iluminado, há um eclipse que interessa à pesquisa genealógica. Ou seja, entre os enunciados há lacunas de silêncio que lhes são intrínsecas porque dito e não dito são partes da mesma tecnologia.

A ligação dos enunciados com os signos culturais que lhes conferem sentido, nos revela os efeitos de poder que circulam entre os discursos e nos permite questionar o caráter pretensamente neutro que tomam os conteúdos sobre o corpo. Esta crítica pode nos fazer avançar no sentido do reconhecimento destes saberes como produções culturais e convoca



professores da área das Ciências Biológicas - e o corpo pedagógico da escola como um todo -, a confrontar a seleção, organização e representações culturais de nossas disciplinas com o projeto de sociedade que queremos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise aqui desenvolvida pretende somar-se ao denso campo de investigação que busca identificar e problematizar a produção de corporalidades, sexualidade, gênero e diferenças nos espaços de educação formal. Ao lançar um olhar das Ciências Sociais sobre a Biologia, intentamos colaborar com o desvelamento dos efeitos de poder subjacentes à produção da verdade sobre o sexo. Como principais resultados dessa empreitada, destacamos a leitura crítica dos modos de normatização e disciplinamento das corporalidades que criam norma e abjeção, determinam sujeitos e práticas sexuais inteligíveis e criam o sexo como uma experiência de gênero ao distribuir desigualmente suas possibilidades de realização.

Refinar as análises daquilo que nos parece natural – porque naturalizado – significa negar um corpo a-histórico e reafirmá-lo como construção, como invenção, não para esvaziá-lo de sentido ou dizer que o corpo não é nada. A problemática da “política do verdadeiro”, que nos inspira Michel Foucault, advém da constatação de que aquilo que se aceita como verdade não se restringe a problemas lógicos ou linguísticos, a ideia de “verdade” perpassa a história e atravessa os sujeitos. Na medida em que o sujeito sabe de si a partir daquilo que sabe sobre o mundo, a objetivação dos saberes é fundadora de subjetividades.

Assim, destacar as múltiplas práticas e os jogos de poder que as integram serve para nos mostrar que o presente é contingente e permitir que seus sentidos sejam disputados. Nessa direção, a crítica aqui desenvolvida tece redes de diálogo com diversos campos de investigação e setores da sociedade. De modo mais imediato, buscamos contribuir com a prática pedagógica não apenas da área das Ciências naturais, mas dos profissionais da educação em geral, considerando que a sexualidade é um conteúdo transversal do currículo brasileiro. Ainda no que concerne à educação formal, fazemos um apelo direto às autoras e autores de livros didáticos de Ciências para que observem os conteúdos de suas disciplinas como parte da produção cultural humana e, diante disso, possam assumir o compromisso ético de erradicar a perpetuação de sexismo, homofobia, transfobia, etarismo ou quaisquer formas de desigualdade.

Com efeito mais amplo, fazemos a opção política de atribuir um caráter inacabado a este ensaio, como uma aposta de diálogo aberto que se propõe a afetar na mesma medida em



que pode ser afetado por diversos campos de estudo. As linhas aqui desenvolvidas fornecem elementos de discussão para os estudos sobre masculinidades e feminilidades; fazem uma provocação analítica à noção de consentimento como um elemento formal; e, de maneira ainda mais abrangente, buscam contribuir para que cada uma e cada um de nós possa buscar formas mais éticas e igualitárias de compreender, inventar e reinventar o corpo e o sexo.

## **REFERÊNCIAS**

BALTAZAR, Pedro e BARROS, Fortunato A. O. S. F.. Anatomia sexual feminina. In: BARROS, Fortunato Antônio de Oliveira Salazar Ferreira, FIGUEIREDO, Ana Rute Curro. Manual de Medicina Sexual - visão multidisciplinar. Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia. Portugal; A. Mearini, 2014.

CANTO, Eduardo Leite do. Ciências naturais - aprendendo com o cotidiano. 5 ed. São Paulo: Moderna, 2015.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. ed. 22. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, ed. 7, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22 ed. São Paulo : Edições Loyola, 2012.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. Cadernos Pagu. 2006, n.27, pp.13-34.

LAQUEUR, Thomas W. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MARTIN, Emily. The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles. Chicago Journals: The University of Chicago Press. Vol. 16, No. 3, Spring, 1991. pp. 485-501.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.

MASTER, William H.; JOHNSON, Virginia E. A conduta sexual humana. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Portuguesa, 1976.

O'CONNELL, H., SANJEEVAN, K.V., HUTSON, J.M. Anatomy of the Clitoris. Journal of Urology, v. 174, 2005. pp. 1189–1195.